

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – CAMPUS NORTE, SEDE URUAÇU

LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA

**FRONTEIRAS MODERNAS AFRICANAS:**

SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NACIONAL  
EM ANGOLA.

Uruaçu  
Abril de 2021

JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA

**Fronteiras modernas africanas: suas consequências para a formação da consciência nacional em Angola.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para aprovação no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Goiás – Campus Norte, Sede Uruaçu.

Orientador. Prof. Me. Neilson Silva Mendes

Uruaçu  
Abril de 2021

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais, José Maria da Silva e Rosiley Rodrigues de Jesus Silva, que além de terem me proporcionado uma boa formação pessoal me incentivaram e mostraram a importância da formação acadêmica profissional.

Ao meu orientador, Neilson Silva Mendes, que me auxiliou no desenvolvimento deste trabalho, e que mesmo diante do pouco tempo disponível contribuiu com suas orientações e incentivos, possibilitando que esta pesquisa se tornasse uma realidade.

Agradeço também aos meus professores, que tanto contribuíram para minha formação acadêmica durante esses quatro anos. Aos meus colegas, que estiveram comigo neste percurso, que diretamente ou indiretamente contribuíram para meu crescimento profissional e pessoal.

## RESUMO

A análise das questões criadas em torno das fronteiras modernas africanas é de suma importância para compreendermos o atual cenário geopolítico da África. Com isso o objetivo do presente trabalho consiste em identificar as consequências causadas pela imposição das fronteiras nacionais, que por sua vez tiveram consequências para a formação da consciência nacional em Angola, como também em outros Estados africanos. Para atingir tal objetivo foi realizada uma discussão conceitual e revisão bibliográfica, buscando compreender o processo de construção e imposição das novas fronteiras nacionais por parte dos europeus, durante o Imperialismo iniciado no fim do século XIX. Assim sendo, chegou-se à conclusão de que a imposição das fronteiras nacionais africanas realmente gerou consequências para o processo de construção da consciência nacional angolana, sendo o Tribalismo consequência disto. Para compreender os efeitos do tribalismo na sociedade angolana foi utilizado o romance de Pepetela, intitulado Mayombe, que apresenta os desafios impostos pelas diferenças culturais durante a luta de libertação angolana.

**Palavras-chave:** Fronteira. Consciência nacional. África. Angola. Tribalismo.

## **ABSTRACT**

The analysis of the issues created around modern African borders is of supreme importance to understand the current geopolitical scenario in Africa. Thus, the objective of the present work is to identify the consequences caused by the imposition of national borders, which in turn had consequences for the formation of national consciousness in Angola, as well as in other African states. To achieve this goal, a conceptual discussion and bibliographic review was carried out, searching to understand the process of construction and imposition of new national borders by Europeans, during Imperialism started at the end of the 19th century. Therefore, it was concluded that the imposition of African national borders really had consequences for the process of building Angolan national consciousness, with Tribalism being a consequence of this. To understand the effects of tribalism on Angolan society, it was used Pepetela's novel, entitled *Mayombe*, which presents the challenges imposed by cultural differences during the Angolan liberation struggle.

**Keywords:** Frontier. National awareness. Africa. Angola. Tribalism.

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Tipologia das fronteiras segundo Friedrich Ratzel .....             | 12 |
| Figura 2 – Mapa político do continente africano .....                          | 14 |
| Figura 3 – Tipologia das fronteiras segundo Jacques Ancel .....                | 14 |
| Figura 4 – A África em 1880 .....  | 24 |
| Figura 5 – Mapa das fronteiras étnicas do continente africano .....            | 30 |
| Figura 6 – Famílias linguísticas da África subsaariana.....                    | 32 |
| Figura 7 – A África em 1914 .....  | 33 |
| Figura 8 – Mapa político do continente africano com as fronteiras étnicas..... | 34 |
| Figura 9 – África: Línguas oficiais .....                                      | 35 |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO .....  | 8  |
| 1. FRONTEIRAS: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL .....  | 11 |
| 1.1. A Multiplicidade do Conceito de Fronteira.....   | 11 |
| 1.2. Grupos étnicos e a manutenção de suas fronteiras .....   | 16 |
| 1.3. O conceito Território e territorialidade .....   | 19 |
| 1.4. A Nação .....  | 21 |
| 2. A PARTILHA DA ÁFRICA: A DISPARIDADE ENTRE FRONTEIRA POLÍTICA<br>E FRONTEIRA ÉTNICO/LINGUÍSTICAS..... | 24 |
| 2.1. Teorias e motivações do Imperialismo.....  | 25 |
| 2.2. A corrida pela África.....   | 27 |
| 2.3. Dividindo o “grande bolo”: a artificialidade das fronteiras .....                                  | 29 |
| 3. FRONTEIRAS ARTIFICIAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS: O TRIBALISMO EM<br>ANGOLA NA OBRA DE PEPETELA.....      | 37 |
| 3.1. Mayombe: uma narrativa acerca da luta de Libertação angolana.....                                  | 39 |
| 3.2. Tribalismo em Pepetela .....   | 41 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 48 |
| REFERÊNCIAS.....  | 50 |

## INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo consiste na identificação e discussão das consequências da imposição das fronteiras modernas africanas<sup>1</sup> para a formação de uma consciência nacional em Angola. A hipótese que norteia este trabalho é a imposição das novas fronteiras geopolíticas africanas por parte dos europeus trouxe implicações que dificultaram a construção da consciência nacional angolana. A partir disso, o objetivo principal desta pesquisa é mostrar as consequências da imposição das fronteiras, evidenciando como estas dificultaram a consolidação da consciência nacional.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de não haver muitas obras sobre este tema, e principalmente que relacione a questão das fronteiras com a formação da consciência nacional angolana – que é justamente a proposta deste trabalho. Além disso, estudar este tema é de suma importância para se compreender muitos conflitos que são travados dentro das jovens nações africanas – como exemplo destes conflitos podemos tomar o genocídio de Ruanda de 1994.

As fronteiras modernas africanas foram criadas sem levar em consideração as características geográficas e muito menos a diversidade étnica do continente africano, ou seja, as fronteiras políticas africanas não são condizentes com as fronteiras étnicas.

Estas fronteiras que foram arbitrariamente construídas reuniram diferentes povos num mesmo território nacional, mas eles não se identificavam como Nigerianos, Moçambicanos, Congolezes ou Angolanos – e em alguns casos –, muito menos Africanos; eles eram Ioruba, Ashante, Zulu, Haussá, Umbundos, Kimbundos, Kikongos, etc. Esta diversidade étnica confinada em um dito “território nacional” com fronteiras arbitrárias dificultou a formação de uma consciência nacional, e conseqüentemente, a consolidação da nação.

---

<sup>1</sup> Por “fronteiras modernas africanas” serão tomadas aquelas que foram construídas a partir da experiência imperialista do final do século XIX.

Com isso, após a fixação e consolidação das novas fronteiras os “filhos da terra”<sup>2</sup> se viram em uma situação conturbada, onde deveriam consolidar o novo Estado nacional diante das diversidades culturais.

Partindo da perspectiva adotada acima, de que as fronteiras nacionais em África não correspondem às fronteiras étnicas e que isto trouxe implicações para o processo de “construção da nação”; Quais as consequências que a imposição das fronteiras modernas africanas trouxe para a formação da consciência nacional em Angola?

No primeiro capítulo serão trabalhados previamente os principais conceitos relacionados ao tema. Deste modo serão discutidos os conceitos de: Fronteira, Território, Grupo étnico, Nação e consciência nacional; que por sua vez são fundamentais para o aprofundamento teórico no que diz respeito às consequências da imposição das fronteiras modernas africanas para a formação da consciência nacional em Angola.

No segundo capítulo será realizada uma contextualização do contexto de partilha e colonização do continente Africano, evidenciando principalmente a arbitrariedade das fronteiras nacionais de Angola, uma vez que foram construídas sem a participação dos povos africanos, mas sim delimitadas de acordo com os interesses dos países Europeus. Evidenciando a disparidade existente entre as fronteiras modernas africanas e a diversidade cultural e linguística do continente.

Por fim, o terceiro capítulo deste trabalho irá mostrar os processos de independência e de formação da consciência nacional, dando enfoque para os conflitos travados neste contexto em Angola em decorrência da diversidade étnica presente no território angolano. Para compreender as consequências geradas pela imposição das fronteiras o capítulo será fundamentado pela obra de Pepetela (2019), que constrói sua narrativa sobre a luta de libertação angolana, evidenciando os desafios enfrentados pelos combatentes, que além de enfrentar as tropas coloniais, precisam superar as diferenças culturais rumo a uma nação independente.

O intuito em discutir a arbitrariedade das fronteiras africanas é proporcionar uma reflexão acerca da atual configuração geopolítica do continente africano. Muitas vezes as redes de comunicação mostram as guerras civis, as ditaduras, e os

---

<sup>2</sup> Termo utilizado por Andrea Marzano e Marcelo Bittencourt para se referir à elite intelectual angolana.

conflitos travados no interior dos Estados africanos, mas o problema é que muitas pessoas desconhecem o passado colonial africano, e passam a acreditar que são apenas conflitos entre “africanos” – mas que muitas vezes são conflitos entre kimbundos e kikongos, ou entre tutsis e hutus. Isso leva muitos a compreender tais fenômenos a partir de teorias eurocêntricas que defendem a inferioridade dos povos da África – e como muitos não tem consciência das consequências da arbitrariedade das fronteiras se torna fácil acreditar nisso –, e tomam estes últimos como povos bárbaros, “menos evoluídos”.

## **1. FRONTEIRAS: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL**

O objetivo deste capítulo é discutir os principais conceitos que se relacionam o tema, evidenciando principalmente o conceito de fronteira, que pode estar relacionado às questões nacionais, étnicas, e territoriais.

O conceito de fronteira pode assumir muitos significados, estas podem estar relacionadas a fatores naturais ou humanos. Como esta pesquisa se pauta nos fatores humanos, podemos dizer que as fronteiras são uma construção social.

As fronteiras podem, e geralmente são construídas pelos próprios indivíduos, ou seja, os membros de um grupo são os atores principais na construção das fronteiras que os une, ou os separa. A construção das fronteiras ocorre desde os grupos étnicos até nos Estados nacionais. Nos grupos étnicos estas fronteiras são basicamente culturais, ou seja, são os aspectos distintivos entre os indivíduos de um grupo em relação aos membros de outro grupo.

Nos Estados nacionais também existem estas mesmas fronteiras culturais e sociais presentes nos grupos étnicos, contudo na Nação estas fronteiras possuem implicações territoriais muito mais fortes, uma vez que são estas fronteiras que marcam o limite até onde vai o poder e o domínio do Estado.

As fronteiras geralmente são construídas através de um longo período de relações mantidas entre membros de grupos distintos, no entanto, no caso africano as fronteiras nacionais modernas foram construídas sem a participação dos próprios africanos, em período relativamente curto. Isso fez com que os povos da África tivessem que se adequar às fronteiras arbitrárias impostas pelo colonialismo.

Com isso, diante do tema desta pesquisa se torna indispensável ter em vista os vários significados deste conceito, seja nos seus aspectos naturais ou humanos.

### **1.1. A Multiplicidade do Conceito de Fronteira**

Ao tratar do conceito de Fronteira é preciso ter em mente que o mesmo pode possuir diversas aplicações e conseqüentemente adquire “vários sentidos que vão desde o limite entre dois países – talvez o uso mais frequente – até em sentidos simbólicos ou figurados” [...]. (FERRARI, 2014, p. 2).

Dois autores clássicos da geografia que trouxeram grandes contribuições acerca do conceito de fronteira foram Jacques Ancel e Friedrich Ratzel, cada um desenvolve sua tipologia do conceito de Fronteira<sup>3</sup>. (CATAIA, 2010)

Ao analisar a obra de Ancel (1938), Cataia (2010) afirma que na perspectiva deste autor as fronteiras eram elementos transitórios passíveis de mudança, pois este autor defende que as fronteiras dependiam do equilíbrio de poder gerado pela tensão entre os estados, sendo que quando este equilíbrio se alterasse automaticamente as fronteiras também sofreriam alterações.

Quanto a Ratzel (1987; 1988), este buscou elaborar uma tipologia para explicar este conceito, de modo que dividiu o mesmo em: Fronteiras políticas, Fronteiras naturais, e Fronteiras artificiais. (SEABRA, 2012)

Ainda sobre esses autores – Jacques Ancel e Friedrich Ratzel – Cataia (2010) apresenta uma explicação bastante elucidativa através de duas tabelas sobre as tipologias que estes autores desenvolveram acerca do conceito de Fronteira.

Figura 1 – Tipologia das fronteiras segundo Friedrich Ratzel

| <b>Tabela 1 - Tipologia das fronteiras segundo Friedrich Ratzel</b> |                |  |
|---|----------------|--|
| Tipos   | Subtipos       | Atributos  |
| Políticas   | Simple         | Aquela que não tem contato com outra área política.  |
|   | Dupla          | A contigüidade de dois territórios nacionais implica uma linha de demarcação e duas zonas de contato   |
|   | Fechada        | São enclaves dentro de uma unidade política. Este seria o caso do País Basco.  |
|   | Descontínua    | São exclaves, isto é, partes de Estados que estão fora de seus domínios territoriais. Este seria o caso das Ilhas Malvinas.  |
|   | Deficiente     | Os conflitos por novas demarcações fronteiriças indicariam a deficiência da(s) demarcação(ões) anterior(es).   |
|   | Elástica       | Por falta de boas cartas ou por erros dos cartógrafos muitas fronteiras aumentam ou diminuem suas extensões. O desenvolvimento técnico aprimorado diminui os "erros".  |
| Naturais  | Marcos Físicos | São montanhas, rios, lagos, desertos, florestas, costas, etc. Estes seriam os limites do ecúmeno. Os atributos naturais das fronteiras não concernem só ao solo, o povo é aí incluído quando ele constitui um limite étnico. |
|   | Boas           | Ela é boa ou má relativamente à proteção de pode oferecer. Se a fronteira se prestar fisicamente à proteção do Estado num momento de guerra, então ela é boa, do contrário é considerada má.                                 |
|   | Más            | Quando fisicamente não se presta à defesa militar de um Estado   |
| Artificiais   | Demarcadas     | Qualquer fronteira demarcada por Tratado, mesmo que apoiada sobre um marco físico. Exemplo: fronteira sobre um rio que atravessa uma região étnica. A região natural étnica é definida pela etnia e não pelo rio             |

Fonte: (CATAIA, 2010)

Na tabela acima (figura 1) – elaborada por Cataia (2010) com base na obra de Ratzel (1987; 1988) –, as Fronteiras foram divididas em tipos e subtipos, sendo

<sup>3</sup>A apresentação das tipologias de Ratzel e Ancel realizada neste trabalho será desenvolvida com base no texto de Márcio Antônio Cataia (2010), uma vez que não tive acesso às obras originais destes dois autores.

elas: as Fronteiras Políticas – podendo ser classificadas entre: simples, dupla, fechada, descontínua, deficiente, e elástica – as Fronteiras naturais – divididas em: marcos físicos, boas, e más – e as Fronteiras Artificiais – tendo como único subtipo as demarcadas.

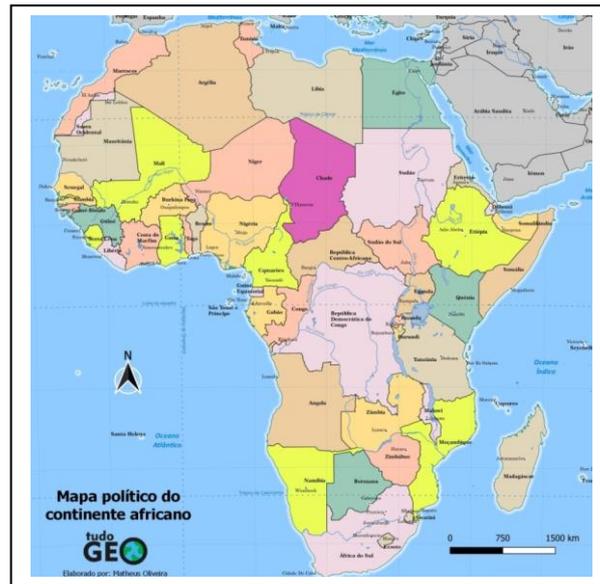
Quanto aos subtipos das Fronteiras Políticas temos: as fronteiras simples que consistem naquelas que não dividiam com outro território político; as fronteiras duplas por sua vez dizem respeito às “descontinuidades geopolíticas”; A fechada e a descontínua estão relacionadas ao processo de colonização, sendo por sua vez a fronteira entre a parte conhecida e o território desconhecido; a deficiente, recebeu este nome em razão dos problemas de demarcação, ou seja, problemas que impediram a demarcação exata, fazendo com que a linha demarcada não seja “tão confiável”; por fim, a elástica corresponde aos avanços científicos e tecnológicos que trazem um aprimoramento das técnicas de demarcação, por exemplo o GPS.

A divisão entre as fronteiras naturais consiste em: marcos físicos – ocorrem quando se toma elementos naturais como a hidrografia e o relevo por limite; as boas – são aquelas que proporcionam a proteção do território; e as más – que não trazem proteção.

Já as Fronteiras artificiais – como dito acima – possuem como único subtipo as fronteiras demarcadas que são aquelas que não possuem marcos naturais, requerendo a utilização de marcos artificiais. Ex: Se observarmos o mapa político do continente africano iremos perceber que em muitos casos as fronteiras entre países são “linhas retas”, que não respeitam o relevo, a hidrografia, as fronteiras étno-culturais, etc.

Ainda sobre as fronteiras artificiais, figura 2 mostra muito bem a artificialidade das fronteiras africanas atuais, uma vez que podem ser percebidas muitas “linhas retas”. É óbvio que estas “linhas retas não fazem referência a marcos naturais, uma vez que dificilmente um rio ou um acidente geológico serão tão retilíneos quanto estas fronteiras. No caso de Angola, percebe-se que sua fronteira oriental – que divide com a Zâmbia faz uma curva de praticamente 90°, atravessando o rio Zambeze. Isto também pode ser percebido em muitos outros casos como: as fronteiras do Egito com o Sudão e Líbia; a fronteira entre Namíbia e Botsuana; as fronteiras do Mali com a Maritânia; a fronteira entre Zâmbia e Moçambique; e muitas outras.

Figura 2 – Mapa político do continente africano



Fonte: Google imagens

A tipologia de Jacques Ancel (Figura 3) – elaborada por Cataia (2010) com base na obra de Ancel (1938) – também possui tipos e subtipos, sendo que o conceito é dividido entre: Fronteiras plásticas – caracterizadas por se modelar de acordo com as forças de pressão –, Fronteiras Modernas – que são marcadas pela adoção da fronteira linear e pela ideia de espírito de fronteira. Fronteiras Físicas – divididas entre abertas e fechadas –, e Fronteiras Humanas – cujos subtipos são as Fronteiras de Pressão e de Civilização.

Figura 3 – Tipologia das fronteiras segundo Jacques Ancel

| Tabela 2 - Tipologia das fronteiras segundo Jaques Ancel   |                                |   |
|--|--------------------------------|---|
| Tipos  | Subtipos                       | Atributos   |
| Fronteira Plástica: Resulta unicamente de um equilíbrio: ela se modela sobre as forças vitais de dois povos. Plástica, ela tem um valor relativo | Fronteiras Medievais           | Estados Clareiras: aumentam à medida que caem as árvores. Eram enquadrados pela floresta, ela mesma, uma “zona-fronteira”.  |
|  |                                | Estados “ <i>routiers</i> ”: os vales das montanhas favoreceriam o aparecimento de rotas. Caso do rio Danúbio.  |
|  |                                | Cidade-Estado: o Império Romano era menos um território que um poder, que pôde se estender a todo o mundo habitado.   |
| Fronteiras Modernas: as fronteiras-zonas foram substituídas pelas fronteiras lineares  | Nascimento da fronteira linear | O desenvolvimento técnico possibilita a demarcação de linhas fronteiriças no território.  |
|  | Espírito de fronteira          | Em 18/06/1790 é colocada sobre a ponte do rio Reno uma bandeira com os dizeres: “Aqui começa o país da liberdade”. Assim nasce, segundo a expressão criada por Vidal de la Blache, o “espírito de fronteira”. |
| Fronteiras Físicas: foram feitas para serem vencidas. “Esta é a história do homem”   | Abertas                        | Servem à circulação. Caso dos rios navegáveis.  |
|  | Fechadas                       | Servem como obstáculos, e por isso precisam ser vencidas. Caso de uma cadeia montanhosa, etc.   |
| Fronteiras humanas: são aquelas produzidas pelas sociedades  | Fronteira de pressão           | São isóbaras políticas: resultam de um equilíbrio entre linhas de igual pressão (que os diplomatas transformam em fronteiras)   |
|  | Fronteira de civilização       | São mais permanentes que as fronteiras de pressão, porém mais incertas e complicadas. Casos das línguas e religiões   |

Fonte: (CATAIA, 2010)

Como exposto, a noção de Fronteira Plástica está relacionada ao seu caráter maleável, se tornando deste modo uma fronteira móvel. Já as Fronteiras modernas são marcadas pela adoção das fronteiras lineares, que substituíram as fronteiras zonas devido ao avanço técnico/científico que possibilitou a demarcação mais confiável. Já o espírito de fronteira diz respeito à ideia de um povo de que seu território possui um espírito de liberdade e solidariedade.

Mesmo que na tipologia de Jacques Ancel (Figura 3) não tenha um termo referindo aos elementos naturais, estes podem ser encontrados nas Fronteiras físicas, em que as abertas são aquelas que permitem a circulação de pessoas na própria fronteira – como rios –, e as fechadas, que não permitem esta circulação – como as cadeias montanhosas.

Quanto à divisão das Fronteiras Humanas, as Fronteiras de pressão representam as “Ísobadas Políticas”<sup>4</sup> – equilíbrio entre as forças de pressão –, e Fronteiras de Civilização que dizem respeito àquelas que são tomadas por fatores linguísticos e religiosos.

Por trás deste conceito também existem discussões objetivando sua renovação, sendo que talvez, a principal delas seja a oposição do termo Fronteira ao termo limite, que muitas vezes são usados como sinônimos, mas que podem guardar sentidos opostos:

hoje o limite é reconhecido como linha, e não pode, portanto, ser habitada, ao contrário da fronteira, que [...] constitui uma zona muitas vezes bastante povoada onde os Habitantes de estados vizinhos podem desenvolver intenso intercambio, em particular sob a forma de contrabando. (MARTIN, 1997 apud FERRARI, 2014, p. 20).

Partindo desta perspectiva as linhas que separam os Estados são tomadas por limite, e a fronteira seria a região habitada que se forma em torno da linha/limite estatal, onde por sua vez ocorrem trocas tanto materiais quanto culturais, gerando uma contradição, pois a linha que tem por função a separação e o afastamento do outro gera uma região ao seu entorno que possui maior interação que em qualquer outra parte do território.

---

<sup>4</sup>Termo usado por Jacques Ancel para se referir as fronteiras como zonas de pressão. Onde o equilíbrio destas forças de pressão exercidas por ambos os lados define a fronteira.

Outras atualizações no debate sobre fronteiras são as de Ratzel – que toma as fronteiras como órgão periférico do estado; Kjellen – associa as Fronteiras à epiderme do corpo humano, pois seriam como no caso biológico a primeira barreira de proteção do território/Estado contra possíveis ameaças; Gottman – que defende que o território é o abrigo de um povo, portanto as fronteiras seriam a proteção deste “lar” –; Haushofer – associa as Fronteiras a uma região de expansão –; Foucher – que desenvolve o termo “díade” para referir-se à fronteira como descontinuidades políticas; e Raffestin, que traz a ideia de fronteira como zona camuflada em linha, que remete a ideia apresentada acima de que ao entorno das linhas limítrofes desenvolvem zonas de intenso intercâmbio. (CATAIA, 2010)

Diante desta multiplicidade de significados e sentidos que o conceito de fronteira pode assumir, daqui em diante a discussão será restrita principalmente nos conceitos de Fronteira Étnica – não necessariamente as fronteiras dos territórios, mas principalmente as fronteiras culturais – e a Fronteira Nacional – fronteiras lineares, artificiais, muitas vezes demarcadas de forma arbitrária.

## **1.2. Grupos étnicos e a manutenção de suas fronteiras**

Primeiramente, é necessário salientar que o conceito de Fronteira a ser discutido no tópico não se refere à fronteira como linha limite, que separa dois territórios, mas sim, da fronteira étnica, que faz referência ao ponto distintivo entre dois grupos étnicos distintos. Neste sentido, diz respeito muito mais aos aspectos culturais e sociais que territoriais.

Para definir grupo étnico, Barth (2011) destaca alguns critérios, definindo grupos étnicos como aqueles que:

1. perpetua-se biologicamente de modo amplo,
2. compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente nas formas culturais,
3. constitui um campo de comunicação e de interação,
4. possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras do mesmo tipo. (NARROL, 1964 apud BARTH, 2011, p.189-190)

Entretanto, como exposto por Barth (2011), esta definição de grupos étnicos nos leva a pensar em grupo étnico como uma organização social isolada, deixando

de lado toda a dinâmica da manutenção das fronteiras, e o posicionamento de um grupo em relação aos outros.

Para Barth (2011), muito mais que os elementos culturais internos, a fronteira étnica e sua manutenção são o que garante a persistência do grupo. Para manter a fronteira entre os grupos é necessário que seus membros tenham em mente as diferenças entre seu grupo e os demais, ou seja, a diferença entre “nós e eles”, para que posteriormente se crie critérios de pertencimento ou exclusão. O fato é que “grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais” (Barth, 2011, p.196).

Como o próprio Barth (2011), que considera o conteúdo cultural interno menos relevante que a manutenção das fronteiras no que diz respeito à existência dos grupos étnicos Poutignat, Streiff-Fenart (2011), defendem que a introdução de novos elementos culturais não faz necessariamente com que a Fronteira se torne menos rígida, podendo acontecer o contrário. A adoção de línguas, religiões e outros elementos de culturas externas podem se tornar mais um ponto de diferenciação entre grupos.

No início do tópico destaquei que o conceito de fronteira que seria discutido não fazia referência ao território. Isso porque a diferenciação de indivíduos de um grupo em relação ao outro e a perpetuação do próprio grupo não estão necessariamente relacionados ao território que habitam – embora a fronteira étnica possa ter implicações territoriais –, mas sim no fato destes indivíduos se declararem pertencentes e sujeitos à cultura de um ou outro grupo. Imaginemos que um indivíduo de determinado grupo que domina um território x tenha que, por algum motivo se mudar para um território dominado por outro grupo. Isso não significa que o mesmo passará a pertencer ao segundo grupo, pois sua identidade étnica é distinta.

Como dito por Poutignat, Streiff-Fenart (2011),

Mesmo nas sociedades onde a fronteira étnica assume a forma da barreira racial, os mecanismos institucionais de controle da fronteira nunca chegam a impedir que um determinado número de indivíduos a transponha, como o testemunham os numerosos processos por usurpação da identidade racial que foram instruídos na África do Sul ou nos Estados Unidos. (POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 2011, p.155).

Entretanto o fato de alguns indivíduos transporem a fronteiras não faz necessariamente que estas se tornem irrelevantes, uma vez que as fronteiras étnicas persistem independentemente do número de pessoas que as atravessam.

Ao fazer uma revisão antropológica acerca dos critérios definidores do grupo étnico, Amselle (2017, p.37) encontra alguns “critérios comuns como: a língua, um espaço, os costumes, os valores, um nome, uma mesma descendência e a consciência que os atores sociais têm de pertencer a um mesmo grupo”. Entretanto, este autor critica esta definição, afirmando é muito semelhante aos critérios definidores de nação, e que está carregada de etnocentrismo.

Ao tratar do continente africano antes da experiência colonial, Amselle (2017) – ao contrário de muitos antropólogos, que desenham uma espécie de “mapa étnico” – coloca que a África pré-colonial era dividida em alguns espaços, como: espaços de troca, espaços linguísticos, espaços culturais e religiosos, e espaços políticos.

A questão dos espaços de troca, diz respeito às relações de troca entre os povos africanos, revelando uma relevante rede mercantil na África pré-colonial. Portanto, ao afirmar que estes povos mantêm relações comerciais e certa interdependência entre si, a ideia de que os grupos étnicos são unidades fechadas que perpetuam de forma isolada é desconstruída.

Os espaços linguísticos estão muitas vezes relacionados á expansão dos impérios que disseminam sua língua nos territórios em que exerce influência. Na perspectiva de Amselle (2017) a língua também não pode ser tomada como elemento diferenciador entre grupos étnicos, uma vez que:

Muitas vezes a língua falada por um dos segmentos da mesma “etnia” tem mais afinidades com a língua da sociedade vizinha do que com outro segmento do mesmo “grupo étnico”. São fartos os exemplos: “betes” mais próximos de certos “didas” que outros “betes”; “didas” linguisticamente menos distantes de certos “guros” que de outros “didas”; “dogons” que, originários de aldeias situadas a dez quilômetros de distância, não se compreendem e são obrigados a falar fula. (AMSELLE, 2017, p.54).

Os espaços políticos em períodos pré-coloniais eram marcados por nascimentos e declínios de Estados e Impérios. Segundo Amselle (2017) nos momentos de declínio dos Estados pré-coloniais era comum grupos de indivíduos partirem para outros territórios, e com isso compunham uma nova organização política com um etnônimo próprio, onde os estes primeiros indivíduos “fundadores” passavam a ser os ancestrais em comuns do “novo grupo”.

Quanto ao dinamismo destes espaços políticos,

Um ponto que é relativamente aceito por certo número de africanistas, esse é o que as formas de organização social que podemos observar na África pré-colonial são o produto de fenômenos de diástole e de sístole, de vai e vem constantes, ou seja, de processos de composição, de decomposição e de recomposição que se desenrolam no interior de um espaço colonial. (AMSELLE, 2017, p.50)

Por fim, Amselle (2017) discorre sobre os espaços culturais e religiosos, afirmando que para desconstruir o objeto étnico é preciso compreender os traços culturais – que incluem a religião – que marcavam o continente africano na época pré-colonial. Ao estudar estes traços culturais se torna possível compreender a expansão de religiões universalistas como o Islã no continente africano, e ao mesmo tempo perceber a resistência à islamização.

Esta forma de posicionamento em relação as fronteiras pré-coloniais africanas levaria a construção de “mapas culturais”, sendo que:

Tais mapas teriam o mérito de delimitar “espaços culturais” e “espaços de poder” que não cruzariam aqueles realizados pelos eternos “mapas étnicos” da África e seriam muito reveladores dos contatos, dos vínculos entre as diferentes “sociedades”, isto é do peso e do trabalho da história sobre os diferentes elementos do conjunto africano pré-colonial. (AMSELLE, 2017, p.56)

Com isso percebe-se que os grupos étnicos mantem fronteiras entre si, e é justamente isso que garante a perpetuação do grupo. Mas ao mesmo tempo não podemos compreender estes grupos como “ilhas isoladas”, estando fechados em si mesmos, visto que estes mantem relações interétnicas formando o que Amselle (2017) chama de “espaços”.

### **1.3. O conceito Território e territorialidade**

Segundo Raffestin (1993), existe um equívoco em dizer que espaço e território consistem em um mesmo elemento. Segundo ele, o território se forma a partir do espaço, mas isso não quer dizer que são a mesma coisa, pois o espaço é “natural”, já o território consiste na “territorialização” do espaço, ou seja, é formado a partir da ação do homem sobre o meio ambiente.

Nesta perspectiva, Raffestin (1993) diz que o território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si.”

O espaço territorial de uma nação é o lócus do exercício do poder de um estado ou formação política – cuja soberania é a expressão do domínio patrimonial ou de propriedade -, de modo exclusivo, e sob dado contexto ecológico (por se tratar de parte da superfície terrestre), de forma a constituir uma entidade jurídica reconhecida como tal pelo fórum internacional. (SANTOS, 2009, p.1).

Na argumentação de Santos (2009), a respeito do território nacional, este é tomado como a área de atuação do Estado, onde este exerce sua soberania. Com isto, o território passa a ser uma unidade jurídica, e as fronteiras territoriais neste caso se tornam um meio de delimitar a área de influência do Estado.

A respeito da relação entre território e Estado Bonavides (2001) apresenta duas concepções de território: a concepção política, e a concepção jurídica. A concepção política esta relacionada à influência que os elementos territoriais – clima, relevo, dimensões – exercem sobre os elementos políticos, como o desenvolvimento do estado, a vida da população, etc.

A Concepção jurídica se encontra dividida em quatro teorias, sendo elas: Teoria do território-patrimônio – está relaciona aos Estados medievais, onde o território era tomado como propriedade e parte do patrimônio dos senhores feudais; Teoria do território-objeto – Nesta teoria o território assume o caráter de “coisa” pertencente ao Estado; Teoria do território-espaço – considera o território como a extensão da soberania do Estado; e teoria do território-competência – o território passa a ser simplesmente um elemento relacionado à validade das normas.

A territorialidade por sua vez, é definida por Raffestin (1993, p.160) como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-estado-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

Raffestin (1993) questiona a aplicação do conceito de territorialidade “naturalista” – que se baseia na tomada de posse de um determinado território por um individuo, e a defesa deste território pelo mesmo – para compreender a territorialidade “humana”.

O conceito naturalista de territorialidade é bastante semelhante ao que acontece entre os animais, entretanto a territorialidade humana perpassa a simples relação ente individuo e território, sendo marcada por relações com a exterioridade, que Raffestin (1993) separa entre: Relações simétricas e relações dissimétricas. No primeiro caso não ocorre transformações na territorialidade e nos elementos que a compõe, no entanto, na segunda ocorre justamente o contrário.

Deste modo,

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo de coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com outros atores. (RAFFESTIN, 1993, p.161)

Santos (2009) entende a territorialidade integrada a aspectos políticos econômicos, sociais, ideológicos, etc. Em sua perspectiva,

A territorialidade é um meio de ação institucional (espaço sócio-ecológico delimitado), isto é, de uma espacialidade econômico-política. Tanto serve, portanto, para manter a integridade do corpo territorial quanto para extrair recursos do estoque ecológico-social desse contexto. Mas, atua neste sentido, controlando, concomitantemente, o acesso a esses recursos produzidos. Cumpre, dessa forma, funções econômico-político-ideológico-sociais.[...] Portanto, o território é *delimitação* e a territorialidade é *controle*. (SANTOS, 2009, p.1)

Com isso, podemos perceber que a territorialidade consiste em certo vínculo entre um povo e seu território. Entretanto, os “territórios nacionais” africanos não foram delimitados de acordo com a territorialidade e fronteiras culturais particulares de cada grupo étnico, mas sim, foram impostas “fronteiras nacionais” que confinaram grupos étnicos distintos para que, posteriormente, estes construíssem uma nação.

#### 1.4. A Nação

Na perspectiva de Anderson (2008), as nações consistem em “comunidades imaginadas”, entretanto isso não significa que a nação tenha um caráter falso, mas sim que esta possa existir precisa ser imaginada ou inventada. Ou seja, a nação se apresenta como uma construção do ser humano, e para perpetuar-se exige deste último a “invenção” de uma consciência nacional.

Anderson (2008) defende que o surgimento das nações está extremamente ligado ao estabelecimento de uma língua nacional impressa. Seguindo esta linha de raciocínio a “língua falada”, não é determinante para a formação de uma nação, pois ao mesmo tempo em que existem países onde a maior parte da população domina a língua nacional, também existem países onde apenas uma pequena parcela da população utiliza da língua oficial do país – como no caso de diversos países africanos.

A língua não pode ser determinante no que diz respeito à formação da nação uma vez que muitos países compartilham a mesma língua. Deste modo,

Portugal, Brasil e Angola não podem ser considerados a mesma nação simplesmente porque falam a mesma língua. Com isso, a soberania nacional ou a consciência nacional de seu povo não podem ser questionadas pelo fato de não possuir como língua oficial uma língua vernácula.

Outro autor que trabalha o conceito de nação é Paulo Bonavides em sua obra “Teoria geral do Estado e Ciência Política”. Bonavides (2001) critica a tentativa de associar a formação da nação a fatores – como a língua, a religião e a raça – de forma isolada.

Como defendido anteriormente, a língua nem sempre é um fator distintivo entre nações, a religião também não pode ser tomada como tal, visto que existem nações que compartilham a mesma religião, e outras que possuem em seu seio diversas religiões e nem por isso seu status de Estado/Nação é questionado.

A raça também não é um fator determinante para a formação da nação, visto que “todos os povos terão conhecido misturas em épocas recentes ou em épocas recuadas, principalmente nos períodos apagados da história, dos quais nenhum registro se conserva” (BONAVIDES, p. 98). Portanto, partindo desta afirmação, não existe nenhuma raça pura, e por isso o fator ético-racial também não poderia tomado como a base da nação e da consciência nacional.

Com isso, Bonavides (2001) defende que a nação não está fundada sobre um fator isolado, mas sim pela relação de fatores culturais, étnico-raciais e espirituais, e é da trama estabelecida entre estes fatores que se forma a consciência nacional.

Ainda sobre o conceito de Nação, Guimarães (2008) assevera que:

Nação em seu sentido político moderno é uma comunidade de indivíduos vinculados social e economicamente, que compartilham certo território, que reconhecem a existência de um passado comum, ainda que diverjam sobre aspectos desse passado; que têm uma visão de futuro em comum; e que acreditam que esse futuro será melhor se se mantiverem unidos do que se separarem, ainda que alguns aspirem modificara organização social da nação e seu sistema político, o Estado. (GUIMARÃES, 2008, p.145).

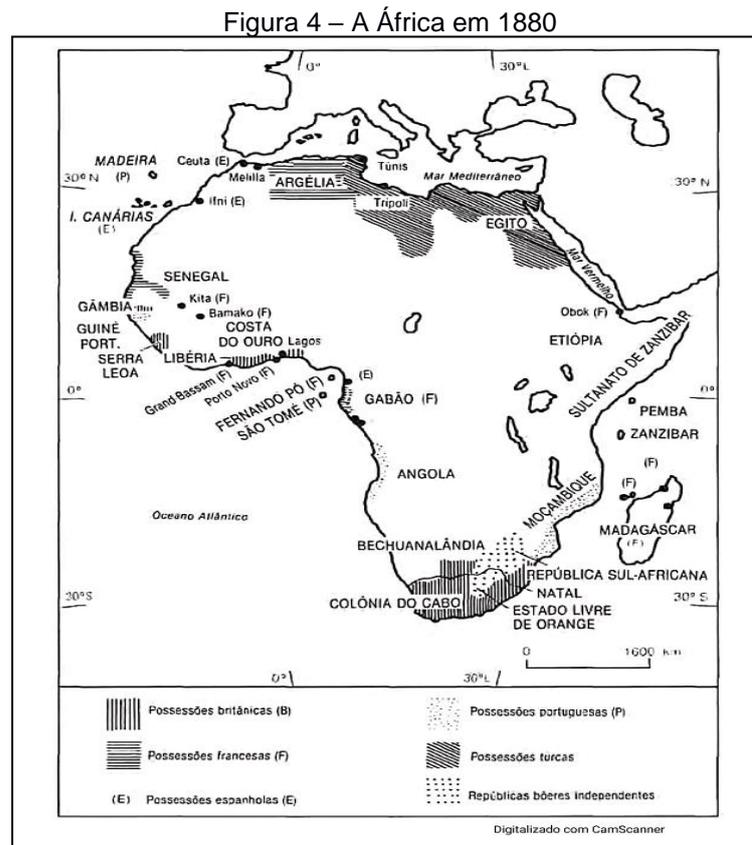
A partir disto percebe-se que a nação e principalmente a consciência nacional possa existir é preciso que os integrantes de um grupo de indivíduos disponham de uma série de elementos em comum, e ao mesmo tempo em que os tornem distintos dos demais grupos.

Estes elementos distintivos em relação ao outro também são percebidos nos grupos étnicos. Então, o que acontece quando se coloca grupos étnicos – que

mantem “fronteiras” entre si em um “território delimitado por fronteiras arbitrárias”? Isto traz alguma consequência para a formação da consciência nacional? São estas e outras indagações que norteiam esta pesquisa, e que mais adiante tentarei responder.

## 2. A PARTILHA DA ÁFRICA: A DISPARIDADE ENTRE FRONTEIRA POLÍTICA E FRONTEIRA ÉTNICO/LINGUÍSTICAS

Antes da partilha a maioria dos povos da África conservava sua soberania, uma vez que “até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas e de porte e natureza variados” (BOAHEN, 2010, p.3).



Como apresentado na figura acima, antes da experiência imperialista a Europa já exercia certa dominação sobre o continente africano. Percebe-se também que os territórios dominados pelos europeus antes da partilha eram bem restritos. Concentrados principalmente na faixa costeira.

A Europa e a África já mantinham relações desde o século XV, entretanto – como mostrado na figura 4 – neste longo período os europeus não conseguiram dominar povos do interior do continente, talvez isso tenha ocorrido pelo fato dos europeus não apresentarem resistência às moléstias tropicais, pela dificuldade de acesso, ou a resistência por parte dos “africanos”.

A partir disto podemos perceber a proporção e a violência do imperialismo do século XIX, pois em cerca de trinta anos as potências europeias conseguiram transformar o mapa geopolítico do continente africano, sendo em mais de trezentos anos de relações com o continente não haviam conseguido tal feito. Deste modo podemos inferir que a empreitada imperialista é resultado de uma série de transformações políticas e econômicas ocorridas na Europa, que tornaram possível a dominação efetiva do continente africano no fim do século XIX.

## **2.1. Teorias e motivações do Imperialismo**

Ao tratar da partilha da África, logo nos vem à mente que as motivações para tal empreitada foram principalmente ou exclusivamente econômicas. Contudo, Uzoigwe (2010) apresenta outras teorias que defendem que o imperialismo não é resultado apenas de fatores econômicos, deste modo são discutidas a teoria econômica, teorias psicológicas, teorias diplomáticas, e teoria da dimensão africana.

A Teoria econômica, como apresentado por Uzoigwe (2010), reduz o imperialismo a questões econômicas, onde a expansão imperialista seria resultado do desenvolvimento do capitalismo. Com o desenvolvimento e aprimoramento da produção industrial a demanda por matéria prima aumento e os europeus enxergaram o grande potencial da África como fornecedor de matéria prima. Além disso, os europeus poderiam lucrar com a venda de produtos obsoletos aos povos da África.

Para discutir as teorias psicológicas Uzoigwe (2010) define como foco principal aquelas que defendem a supremacia da raça branca, como o Darwinismo Social, Atavismo Social, e cristianismo evangélico.

A obra de Charles Darwin “A Origem das Espécies” – das ciências naturais – apresenta a teoria da seleção natural, onde as espécies mais fortes prevalecem sobre as mais fracas. Contudo, o problema se inicia quando esta teoria das ciências naturais passam a ser usadas para explicar fenômenos humanos e culturais.

Deste modo, as espécies animais e vegetais da obra original de Darwin foram substituídas pelas “raças humanas”, e com isso a “raça” dita superior – raça branca/europeia – encontrou uma forma de justificar o imperialismo e a dominação de “raças” consideradas inferiores – que neste contexto do século XIX dizia respeito principalmente aos africanos e asiáticos.

O cristianismo evangélico, mesmo não concordando com as teorias de Darwin, também justificava o imperialismo, colocando-o como uma forma de redenção dos povos pagãos. Na África a presença missionária foi muito importante em determinadas regiões para a instalação da dominação colonial. (UZOIGWE, 2010)

A teoria do atavismo social apresentada por Uzoigwe (2010) defende o que o ser humano possui uma força inerente a ele que o leva a dominar simplesmente pelo prazer. Deste modo, de acordo com esta teoria este desejo de dominar teria levado as potências europeias a subjugar outros povos usando a força.

As teorias diplomáticas por sua vez coloca o imperialismo e a partilha da África como resultado de acordos diplomáticos entre os países europeus, ou seja, a África e os africanos são deixados de lado nestas teorias, ou colocados como sujeitos passivos perante a empreitada imperialista. (UZOIGWE, 2010)

A teoria da dimensão africana, ao contrario da demais, defende que ao discutir o imperialismo devem ser levados em consideração não só os fatores ligados à Europa, mas também os africanos. Esta teoria coloca que a conquista da África é resultado do processo de roedura gradual do continente africano iniciado ainda no século XV. Deste modo, o imperialismo deve ser analisado tanto da perspectiva europeia, quanto da perspectiva africana. (UZOIGWE, 2010)

Como vimos, a Teoria econômica reduz o imperialismo a fatores econômicos, as Teorias psicológicas por sua vez se apresentam como formas de justificar a dominação, as Teorias diplomáticas deixam de lado os fatores africanos, e a Teoria da dimensão africana tenta analisar o imperialismo a partir da perspectiva africana.

Tendo em vista as teorias do imperialismo apresentadas por Uzoigwe (2010), percebe-se o seu caráter eurocêntrico – exceto a Teoria da dimensão africana – pois analisam o imperialismo a partir da perspectiva europeia, colocando a África em uma posição exterior e passiva ao imperialismo, como se a mesma não tivesse outra opção além de aceitar a dominação.

As teorias apresentadas por Uzoigwe (2010) são teorias que giram em torno das pesquisas sobre o imperialismo do século XIX, contudo não podemos minimizar a importância dos fatores econômicos para a empreitada imperialista. O imperialismo foi de fato uma empreitada econômica, e as demais teorias – principalmente as

teorias psicológicas – se apresentam mais como argumentos utilizados para justificar a colonização do continente africano.

Quanto às motivações que levaram a partilha, Meredith (2017) afirma que as potências Europeias tinham motivos variados:

Todos eram em parte impulsionados por um sentido de prestígio nacional: a construção do império no exterior marcava seu status como uma grande potência e ganhava apoio popular. Todos se consideravam portadores de uma cultura superior, trazendo a luz a um continente obscuro e ignorante, o que era justificativa para qualquer ação que houvesse por bem tomar. Todos temiam ser excluídos dos mercados coloniais dos Estados europeus rivais. (MEREDITH, 2017, p. 402).

Tendo em vista as motivações dos Estados europeus apresentadas por Meredith (2017), é notório a presença de fatores econômicos, psicológicos e diplomáticos, reforçando mais uma vez que o imperialismo não pode ser resumido a fatores isolados, mas sim compreendido como resultado de diversos fatores e transformações históricas que culminaram na empreitada imperialista no século XIX.

## **2.2. A corrida pela África**

O interesse inicial em estabelecer colônias no continente africano parece ter partido inicialmente do rei Leopoldo da Bélgica. Seu interesse partiu dos relatos de Verney Cameron, que percorreu parte do continente africano em uma viagem que durou três anos. Os relatos de Cameron descrevia a África como um lugar de muitas riquezas “a espera de alguém para explora-las”. (MEREDITH, 2017)

Motivado por seu interesse expansionista,

O rei Leopoldo começou sua busca por um império africano em setembro de 1876, convidando alguns geógrafos e pesquisadores europeus incluindo Cameron, para uma conferência no seu palácio em Bruxelas. Ao acolher seus convidados, ele falou de uma cruzada internacional para abrir a África central “para civilização” e extinguir o comércio de escravos. (MEREDITH, 2017, p. 393)

Como exposto por Meredith (2017), a conferência de Bruxelas ocorreu sob a desculpa de levar a civilização e combater o tráfico de escravos na África central. Esta suposta pauta revela a presença das ideias etnocêntricas/eurocêntricas, de defendiam à superioridade da raça branca europeia em relação aos povos da África. Além disso, no que diz respeito ao tráfico de escravos, mesmo que as incursões no

continente africano tivessem ocorrido realmente para extinguir o tráfico de seres humanos, isso não teria ocorrido porque as potências europeias tinham se comovido com o sofrimento dos povos da África, mas sim porque a mão de obra escrava não era interessante para o capitalismo – que neste contexto já estava bem consolidado. Além disso neste período o tráfico de escravos para as Américas já havia cessado – bem antes da Conferência de Bruxelas.

Após a conferência de Bruxelas foi criada a AIA (Associação Internacional Africana), organismo internacional criado para liderar a cruzada internacional defendida na pauta da conferência. No entanto, como afirma Meredith (2017) a criação da AIA foi apenas uma forma de camuflar os interesses comerciais do rei Leopoldo em relação à África Central.

A respeito da corrida pela África Uzoigwe (2010) acrescenta mais dois acontecimentos além do interesse do rei Leopoldo que marcaram o início da corrida, sendo eles: a atividade portuguesa na África a partir de 1876, e a política expansionista francesa.

Como os portugueses foram convidados para a Conferência de Bruxelas na última hora estes se sentiram ofendidos e passaram a organizar incursões no continente africano que culminaram na anexação de territórios na região de Moçambique em 1880. Segundo Uzoigwe (2010), este teria sido o segundo acontecimento que marcou o início da corrida.

O terceiro acontecimento foi a política expansionista francesa que entre 1879 e 1880 ratificou tratados com povos africanos e demonstrou em estabelecer colônias tanto na Tunísia quanto em Madagascar.

Estas investidas coloniais fez com que outros países como Reino Unido e Alemanha começassem aspirar à dominação efetiva do continente africano, porque até então a maioria dos países viam o estabelecimento de colônias como uma atividade dispendiosa. Com isso, constata-se que o que marcou o início da corrida pela África não foram acontecimentos isolados, “mas os acontecimentos que se desenrolaram em diferentes partes da África entre 1876 e 1880” (UZOIGWE, 2010, p. 33).

Este período anterior à partilha foi marcado pela celebração de tratados entre as potências europeias e povos da África. Contudo, o fato dos líderes africanos terem assinado tratados com os futuros colonizadores não significa que concordavam com a ação imperialista.

Após a criação da Associação Internacional Africana (AIA) o rei Leopoldo da Bélgica contratou Henry Stanley para liderar uma expedição que a principio deveria ser apenas exploratória na região do Rio Congo. Contudo, durante a expedição Stanley assinou muitos tratados com chefes políticos da região. Estes tratados eram de cunho apenas comercial, mas posteriormente foram usados para contestar a soberania destes povos. (MEREDITH, 2017).

Como já foi dito, o fato de líderes africanos celebrarem tratados com líderes europeus não significava que estes compactuavam com o imperialismo e muito menos que renunciavam sua soberania.

Aliás, os africanos celebravam esses tratados por diversas razões, mas principalmente em nome do interesse de seu povo. Em certos casos aspiravam a estabelecer relações com os europeus na esperança de tirar daí vantagens políticas relativamente a seus vizinhos. Às vezes, um Estado africano em posição de fraqueza assinava um tratado com uma potência europeia esperando poder assim libertar-se da vassalagem a outro Estado africano que lhe impunha sua soberania. (UZOIGWE, 2010, p. 36)

Com a citação de Uzoigwe (2010) percebe-se claramente que os líderes africanos viam nas alianças estabelecidas com as potências europeias uma forma de garantir sua soberania em relação a outros povos da África e, além disso, acreditavam que os tratados celebrados com os europeus poderiam proporcionar vantagens em relação aos seus vizinhos, se tornando deste modo mais poderoso.

Desta forma, é notório que o fato de alguns países europeus almejarem estabelecer colônias no continente africano fez com que outros países também investissem sobre a África, seja por interesse próprio, ou por receio de que o equilíbrio de poder fosse alteado no cenário europeu, e isso gerou uma espécie de reação em cadeia.

### **2.3. Dividindo o “grande bolo”: a artificialidade das fronteiras**

Este crescente interesse das potências europeias em estabelecer colônias<sup>5</sup> no continente africano culminou na Conferência de Berlim, que selou o destino da África, oficializando a dominação e retaliação do continente.

---

<sup>5</sup> Por colônia compreende-se o “assentamento de população em lugar determinado, posto assim em exploração” (PETIT, 2015, p. 39).

A Conferência de Berlim aconteceu entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, e conforme colocado por Uzoigwe (2010), a convocação da conferência teria sido inspirada em ideais humanitários. Contudo,

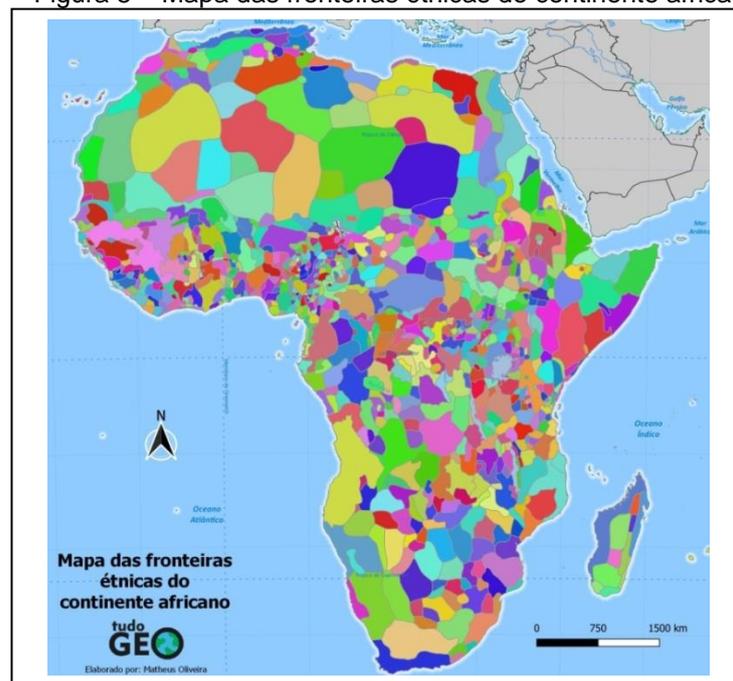
A conferência, que, inicialmente, não tinha por objetivo a partilha da África, terminou por distribuir territórios e aprovar resoluções sobre a livre navegação do Níger, no Benue e seus afluentes, e ainda por estabelecer as regras a serem observadas no futuro em matéria de ocupação de territórios nas costas africanas. (UZOIGWE, 2010, p. 33).

A partir da Conferência de Berlim caso alguma nação desejasse tomar posse de algum território este deveria notificar os demais países antecipadamente, e a partir disto se nenhuma das nações contestasse tal pedido o estabelecimento da colônia poderia ocorrer.

O fato é que a retaliação do continente africano entre as potências europeias capitalistas não respeitaram em muitos casos as “fronteiras” étnico/linguísticas existentes na África antes mesmo da partilha. Criando, deste modo, fronteiras totalmente distintas daquelas concebidas pelos povos africanos.

O continente africano é marcado por uma diversidade antropológica e biológica muito grande, possuindo povos com características físicas, culturais, sociais, religiosas, e linguísticas distintas. Isso faz com que ao nos referirmos ao continente africano não podemos dizer que este é um continente homogêneo porque “na África é tudo diferente” (MUNANGA, 2019, p. 20).

Figura 5 – Mapa das fronteiras étnicas do continente africano



Fonte: Google Imagens

A imagem acima apresenta um mapa étnico do continente africano, e a partir desta podemos perceber o quanto o continente africano é rico em grupos étnicos, e se olharmos a partir de um ponto de vista geográfico podemos perceber uma maior concentração de grupos étnicos em regiões tropicais, certamente devido a abundância de recursos para a subsistência.

No entanto, optei por utilizar esta imagem apenas para ilustrar a diversidade de grupos étnicos que compõe a África, e a disparidade entre a quantidade de grupos étnicos e a quantidade de territórios coloniais e Estados nacionais após a partilha, uma vez que, como defende Amselle (2017) é preciso desconstruir os mapas étnicos do continente africano, pois estes nos levam a tomar os grupos étnicos como isolados e fechados em si mesmo. O que os mapas étnicos não mostram é que estes grupos se relacionam entre si, e é a partir desta relação que são identificadas as diferenças que reforçam a fronteira entre os mesmos.

A forma como os grupos étnicos estão representados na imagem também nos leva a inferir que as fronteiras étnicas tem implicações territoriais e que os mesmos estão presos a um território. Mas como vimos no capítulo anterior, Barth (2011) coloca que mesmo que as fronteiras étnicas tenham implicações territoriais, o território não é um elemento fundamental para a perpetuação de um grupo étnico.

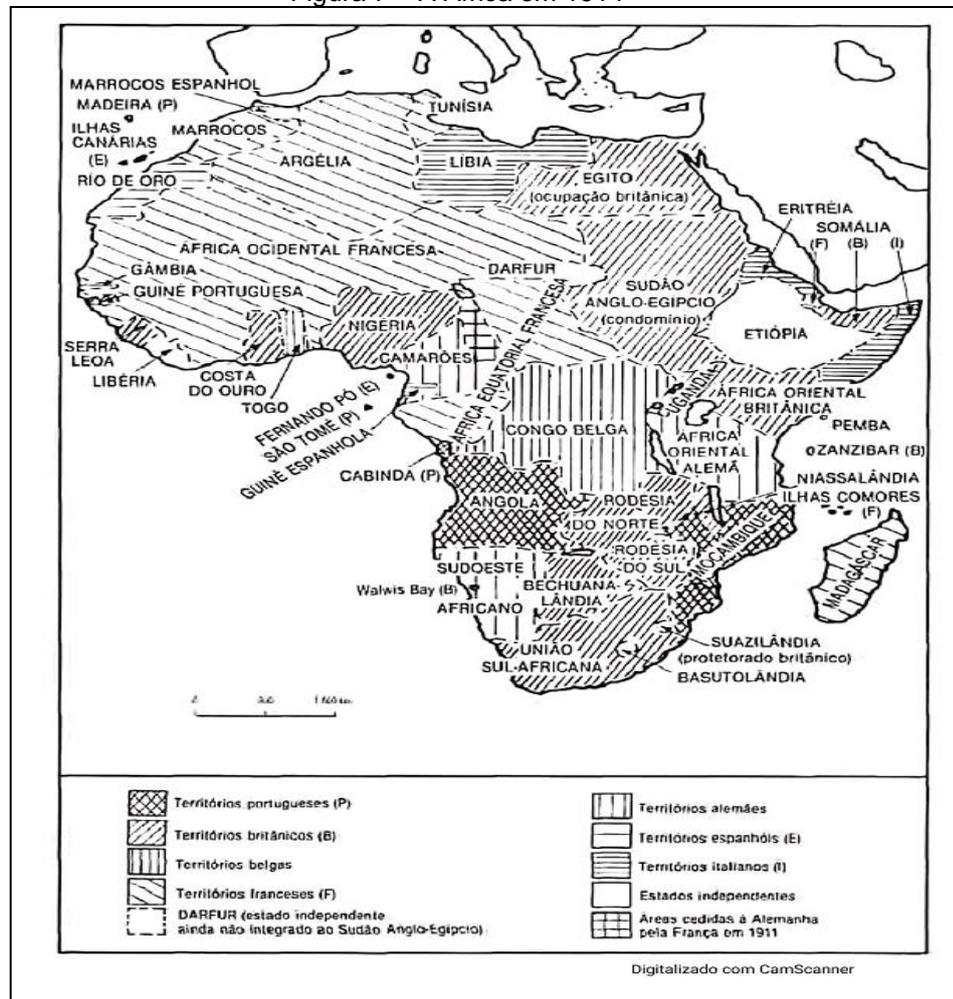
Outro elemento que evidencia a diversidade do continente africano é a enorme quantidade de línguas nativas. Ao discorrer sobre a diversidade linguística da África subsaariana, Munanga (2009) coloca que:

Além da diversidade biológica, o continente africano oferece no plano linguístico uma outra importante. As línguas faladas nesta região são tão numerosas quanto seus falantes. Montam-se entre 800 e 2 mil, segundo os especialistas. Mas os linguistas as classificam, com base em estudos comparativos, em apenas quatro grandes famílias linguísticas. (MUNANGA, 2009, p.27)



fronteiras étnicas e políticas na África pré-colonial que poderiam ter sido levadas em consideração para construir as novas fronteiras.

Figura 7 – A África em 1914



Fonte: (UZOIGWE, 2010, p.50)

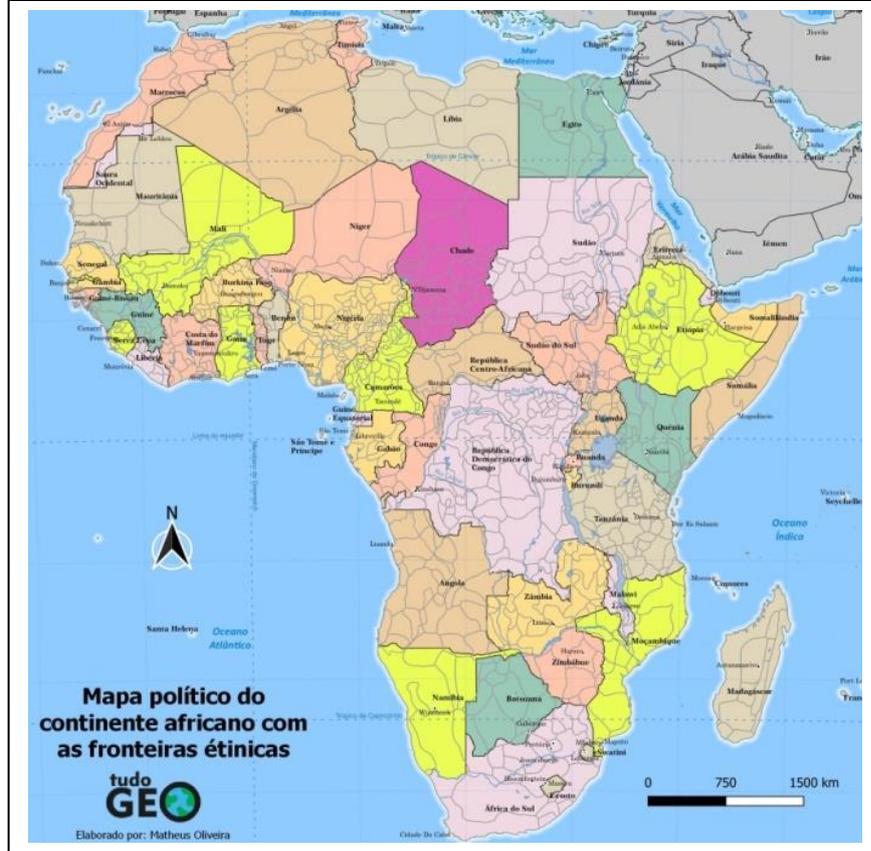
Como mostrado na figura acima, o mapa geopolítico da África em 1914 era totalmente distinto daquele anterior a partilha (Figura 4). Neste momento todo o território africano havia sido conquistado pelas potências europeias – com exceção da Etiópia e a Libéria<sup>6</sup>. Percebe-se também a dimensão dos territórios coloniais, que na maioria das vezes eram bem maiores que a própria metrópole.

Se compararmos a figura acima (Figura 7) com as figuras 5 e 6 percebe-se as fronteiras coloniais não correspondem de forma alguma com as fronteiras étnicas

<sup>6</sup> A Libéria não foi colonizada devido ao fato de ser o “refúgio” dos ex-escravos da América que haviam sido deportados para a África. Com isso, a Libéria mantém relações com os Estados Unidos, e isso impediu que fosse colonizada. Já a Etiópia não foi colonizada porque a princípio mantinha acordos com Itália.

e linguísticas do continente – cabe reforçar que as fronteiras étnicas e linguísticas não possuem necessariamente implicações territoriais.

Figura 8 – Mapa político do continente africano com as fronteiras étnicas



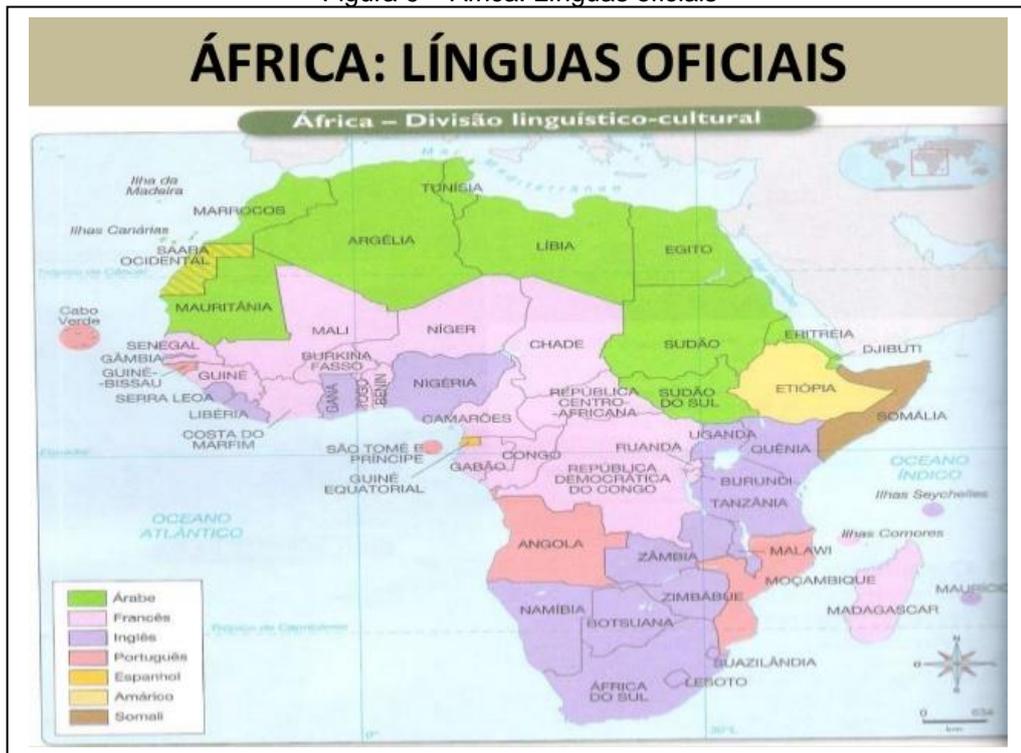
Fonte: Google Imagens

A figura acima nos apresenta um mapa com a configuração geopolítica do continente africano mais atual, após a independência. Esta figura apresenta muito bem a questão da diversidade étnica no interior de cada país.

Esta diversidade de grupos étnicos traz consigo a diversidade de culturas, com valores e cosmovisões distintas, o que traz implicações para a construção da nação. Pois como vimos no primeiro capítulo, a construção de uma consciência/identidade nacional exige que os indivíduos compartilhem elementos entre si, e ao mesmo tempo percebam as diferenças entre estes e outros indivíduos que não pertencem à “nação”.

Com isso, percebe-se a contradição criada pelas novas fronteiras africanas, pois ao mesmo tempo em que estas se apresentam como fronteiras nacionais reuniram indivíduos que não compartilham de uma consciência nacional.

Figura 9 – África: Línguas oficiais



Fonte: Google Imagens

A Figura acima mostra de forma bem clara a questão linguística após a independência dos países africanos. Como podemos ver, a figura nos apresenta apenas sete línguas oficiais em todo o continente africano, e estas línguas oficiais são na maioria dos casos, não pertencem às línguas nativas, pelo contrário, são línguas estrangeiras, e principalmente europeias, impostas durante a colonização.

Se compararmos com o mapa da África colonial (Figura 7) iremos perceber que as línguas oficiais fazem referência aos territórios coloniais, como os países que integravam a África equatorial francesa possuem como língua oficial o francês; as antigas colônias portuguesas falam o português; o território colonizado pelos ingleses tem em sua maioria o inglês como língua oficial; já a predominância do árabe nos países da África do norte deve-se ao longo período de contato com o mundo árabe e a religião islâmica.

Contudo, o fato de um país possuir apenas uma língua oficial – ou duas no caso do Saara Ocidental, que possui o espanhol e o árabe como línguas oficiais – não significa que as línguas nativas não são usadas. O fato é que estas disparidades criadas pelas fronteiras modernas africanas criaram obstáculos para a construção da nação.

Deste modo, as fronteiras das novas unidades políticas não dão condizentes com a diversidade étnico/linguística do continente africano, agrupando deste modo povos distintos e muitas línguas em um mesmo território dito nacional. A partir disto, podemos deduzir que tal fato dificultou a construção da consciência nacional, pois muitos destes povos não possuíam o sentimento de pertencimento nacional. A língua – principalmente a língua impressa – é de suma importância para difundir as ideias nacionalistas, mas neste caso os povos que integravam a nova nação nem sempre compartilhavam a mesma língua, dificultando a comunicação.

### **3. FRONTEIRAS ARTIFICIAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS: O TRIBALISMO EM ANGOLA NA OBRA DE PEPETELA.**

Como defendido e evidenciado no decorrer da pesquisa, a atual configuração geopolítica do continente africano é marcado pelas fronteiras nacionais artificiais. Reforçando mais uma vez, estas fronteiras nacionais retaliaram o continente sem levar em consideração a diversidade étnica, política, e linguística, tradições, conflitos, ancestralidades, dentre outros elementos existentes no continente antes da colonização.

Cabe ressaltar que o tema proposto se refere ao contexto de construção da consciência nacional, ou seja, neste momento os povos “africanos” já mantinham a demorado tempo relação com os colonizadores e com as ditas fronteiras nacionais. Portanto, podemos inferir que estas comunidades tradicionais já não possuíam as mesmas características que dispunham antes da colonização.

No entanto, mesmo que estas sociedades tenham sofrido alterações durante o período colonial, e que já começassem a construir a consciência nacional, o sentimento de pertencimento étnico ainda estava vivo, fazendo-se presentes no processo de construção da nacionalidade e das relações sociais e políticas em geral.

Estes conflitos travados entre povos com etnicidades distintas neste contexto de construção de uma consciência nacional angolana – mas não só no caso de Angola – podem ser tomados como Tribalismo, e a respeito deste, podemos colocar que se refere:

[...] a prevalência dos modos de identificação tribal ou étnica sobre aqueles, ainda embrionários, que acompanham os processos de desenvolvimento nacional (identificação com este grupo socioprofissional, com aquela classe, com a nação). (DOZON, 2017, p. 75).

Estes tribalismos em Angola – como também nos demais países e regiões da África são “indícios precisamente da fragilidade ou débil maturidade dos estados africanos, [...], e que são, sobretudo o produto, como configurações geopolíticas, da colonização europeia” (DOZON, 2017, p. 75).

É perceptível que os tribalismos são de fato consequência da arbitrariedade das fronteiras e, portanto, daqui em diante buscarei apresentar e evidenciar os efeitos do tribalismo no processo de construção da nacionalidade angolana.

Farei isso a partir da obra de Pepetela (2019) intitulada *Mayombe*, neste romance o autor constrói sua narrativa a respeito da organização dos guerrilheiros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), evidenciando os conflitos que foram travados dentro do movimento oriundos das diferenças culturais (étnico/tribais) existentes entre os membros do grupo de combatentes.

Artur Pestana (Pepetela) nasceu em Benguela, Angola, em 1941. Pepetela estudou em Angola até o ensino secundário, no entanto partiu para Lisboa para frequentar a universidade. Por razões políticas saiu de Portugal, e posteriormente foi chamado pelo MPLA para participar diretamente da luta de libertação de Angola na região de Cabinda. No movimento foi guerrilheiro e responsável pelo setor de educação. Em 1972 foi transferido para a frente leste de Angola onde desempenhou as mesmas funções. Pepetela participou da fundação da União dos Escritores Angolanos, e desde então tem desempenhado cargos na direção da União dos Escritores Angolanos. Foi Presidente da Assembleia Geral da Associação Cultural “Chá de Caxinde” e da Sociedade de Sociólogos Angolanos. Sendo também, membro da Academia de Ciências de Lisboa.

Como já foi dito a obra de Pepetela (2019) consiste num romance onde o autor tece sua narrativa em torno da luta pela libertação de Angola. No decorrer da obra o autor dedica momentos para contar a história a partir do ponto de vista dos personagens, ou seja, os personagens se tornam o narrador. Isto nos possibilita compreender a narrativa a partir de diversos pontos de vista, da perspectiva dos próprios guerrilheiros.

O contexto histórico ao qual a obra de Pepetela (2019) se refere remonta início da década de 1970, quando a contestação em relação à dominação portuguesa e as lutas pela emancipação da colônia se intensificaram. A colonização de Angola foi marcada pelo discurso liberal do colonizador que defendia a igualdade entre os habitantes do império. Contudo, no caso dos povos nativos de Angola esta igualdade abrangia apenas uma pequena elite que adotava a cultura do colonizador, fazendo com que a maior parte da população que dominava apenas as culturas autóctones se distanciasse desta igualdade. (MARZANO; BITEENCOURT, 2017).

Como apresentado por Marzano; Bittencourt (2017) no início da colonização os filhos da terra assumiam cargos públicos devido ao baixo número de portugueses na colônia. No entanto com o aumento do número de colonos estes cargos foram ocupados pelos portugueses gerando grande insatisfação por parte dos “filhos da

terra”. Esta insatisfação dos filhos da terra culminou na organização dos movimentos anticoloniais, surgindo desta forma grupos como o próprio MPLA apresentado por Pepetela (2019).

Estes grupos anticoloniais – inclusive o MPLA – adotaram a luta armada e a clandestinidade como forma de enfrentar o sistema colonial uma vez que o autoritarismo português impossibilitava o diálogo entre as forças políticas. Isto resultou em conflitos armados que aparecem na obra de Pepetela (2019).

### **3.1. Mayombe: uma narrativa acerca da luta de Libertação angolana**

O romance de Pepetela (2019), intitulado Mayombe, nos apresenta os desafios dos combatentes na luta pela libertação de Angola, ou seja, a narrativa se refere a um período de lutas e conflitos que os “angolanos” empreenderam contra o colonizador português em busca da emancipação.

A luta pela libertação de Angola contou com vários grupos que lutavam contra o colonialismo, dentre estes podemos destacar o caso

[...] do Exército de Libertação de Angola (ELA), do Movimento de Independência Nacional de Angola (Mina), do Movimento de Libertação nacional (MLN), do Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA), do Partido Comunista Angolano (PCA) e do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (Plua). (BITTENCOURT; MARZANO, 2017, p. 29).

Entretanto, Pepetela (2019) constrói sua narrativa acerca dos combatentes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e de modo geral, a maioria dos personagens que aparecem no decorrer da narrativa pertencem a este Movimento específico. O projeto de nação do MPLA condenava as “distinções de etnia, de classe, de sexo, de idade, de tendências políticas, de crenças religiosas e de convicções filosóficas” (MARZANO; BITTENCOURT, 2017, p. 31). No entanto o Romance de Pepetela (2019) evidencia a dificuldade de contornar os conflitos oriundos da diversidade cultural, mesmo dentro do próprio movimento.

A narrativa se encontra dividida em cinco capítulos, onde estes recebem respectivamente os títulos: “A missão”, “A base”, “Ondina”, “A surucucu”, e o último “A amoreira”. O Primeiro capítulo se refere a uma missão empreendida pelos guerrilheiros contra os colonizadores, e mais que isso, contra o próprio sistema exploratório e predatório do colonialismo.

O cenário principal do segundo capítulo é a base militar do movimento localizada no interior do Mayombe. Este capítulo no revela muito bem o cotidiano dos guerrilheiros, evidenciando a relação e a convivência entre os combatentes, que muitas vezes é marcada pelas diferenças culturais oriundas das raízes étnicas variadas dos membros do grupo.

A narrativa do terceiro capítulo é referente ao relacionamento amoroso entre uma mulher chamada Ondina e o Comissário. Os dois personagens são membros do MPLA, sendo que o Comissário integra o grupo de guerrilheiros ao qual a narrativa é construída em torno. O ponto que nos é relevante neste relacionamento é o fato deste ter causado conflitos de cunho étnico-tribais a partir de certo momento devido uma traição de Ondina com outro personagem – André – que pertencia a outro grupo étnico.

O quarto capítulo, intitulado “A surucucu” se refere a um incidente com uma cobra surucucu<sup>7</sup> que gerou grande confusão entre os membros do grupo, e fez com que pensassem que a base estaria sendo atacada pelos “tugas”<sup>8</sup>, o que fez com que fosse mobilizado um grupo de combatentes para defender a base que acreditava-se que estava sendo atacada, mas que na verdade foi apenas uma grande confusão.

O quinto capítulo, sob o título “A amoreira” possui como foco principal o “último confronto”, onde os guerrilheiros do movimento atacam uma base inimiga localizada próximo à base do Movimento. Neste confronto os guerrilheiros saem vitoriosos, contudo perdem dois integrantes do grupo, dentre estes o comandante.

O cenário principal do romance é o Mayombe<sup>9</sup>, onde os guerrilheiros passam a maior parte do tempo, realizando operações contra o colonizador. No Mayombe os combatentes enfrentam os obstáculos e desafios impostos pela floresta, como também dos desafios da convivência em grupo.

Durante a narrativa são citados vários povos<sup>10</sup> que habitam o território angolano, dentre estes podemos destacar os Kikongos e Kimbundos – que são citados muitas vezes, e que são a maioria no grupo de guerrilheiros – mas também

---

<sup>7</sup>Um dos personagens, cujo nome de Guerra é “Teoria” disparou uma rajada de tiros contra uma cobra surucucu, e isso fez com que os outros guerrilheiros da base pensassem que estavam sendo atacados pelos inimigos.

<sup>8</sup> Termo pejorativo usado para se referir ao colonizador.

<sup>9</sup>Grande floresta tropical localizada em Cabinda (região de Angola).

<sup>10</sup>Grupos étnicos /tribos

outros grupos como os Umbundos, Tchokue (quioco ou Kioco), Lunda, Kuanhama, Fiote, Dembo, e Bailundo.

Esta diversidade étnica fez com que as discussões de desconfianças trazidas pelo tribalismo se tornassem frequentes no cotidiano dos guerrilheiros, de modo que além de lutar contra o colonizador, estes combatentes precisavam superar estas diferenças étnicas rumo a uma Angola independente.

Mesmo percebendo a construção de uma consciência nacional angolana em determinados momentos da narrativa, o fantasma do tribalismo sempre ressurgia, evidenciando a força da identidade étnica e da fronteira erigida entre os diferentes grupos, que mesmo depois de um período considerável de relação com o colonizador e de transformação das sociedades pelo mesmo, as diferenças culturais ainda não haviam sido superadas.

Com isso, o tópico a seguir terá como foco a obra de Pepetela (2019) propriamente dita, onde buscarei destacar momentos específicos da obra onde o tribalismo mostra a fragilidade da consciência nacional em formação, se sobrepondo muitas vezes à “identidade angolana”. Se apresentando deste modo como um obstáculo no processo de construção de uma consciência nacional.

Cabe reforçar que a o romance de Pepetela (2019) nos apresenta a luta pela libertação de Angola, contudo, sua obra será utilizada não para compreender este contexto como um todo, mas sim para evidenciar a presença do tribalismo neste contexto de formação da consciência nacional.

### **3.2. Tribalismo em Pepetela**

Logo no início da narrativa os guerrilheiros realizaram uma operação contra o colonizador, mais especificamente, contra um grupo de trabalhadores que trabalhavam na floresta derrubando árvores. A operação culminou no “aprisionamento” temporário de alguns trabalhadores como forma de evitar que estes últimos fornecessem informações sobre a localização dos guerrilheiros aos colonizadores.

Durante o tempo em que os trabalhadores estiveram junto ao grupo de combatentes, os guerrilheiros buscaram reunir informações sobre o colonizador e ao mesmo tempo fornecer aos trabalhadores maior esclarecimento político, na tentativa

de convencer os trabalhadores – e conseqüentemente – da importância da luta contra o colonizador e o sistema colonial predatório.

[...] - Quantos soldados há no quartel?  
O mecânico hesitou. Olhou os companheiros. Destes não havia nenhuma ideia.  
- não sei. Talvez cem...  
- Tugas?  
- E angolanos. Tropas especiais... [...]  
(PEPETELA, 2019, p.32)

[...] As árvores são do patrão? Não. São nossas, porque estão na terra angolana. [...] (PEPETELA, 2019, p.35)

O primeiro fragmento consiste num trecho que um interrogatório onde Sem medo – nome de guerra do comandante do grupo de guerrilheiros – indaga o mecânico – um dos trabalhadores aprisionados durante a operação – sobre a quantidade de soldados inimigos no quartel. Percebe-se que ao responder as perguntas o mecânico se refere a “angolanos” e não faz referência às origens étnicas dos ditos “angolanos”, ou seja, percebe-se certo sentimento de pertencimento nacional.

O segundo fragmento mostra a preocupação dos combatentes em mostrar aos trabalhadores que são os verdadeiros donos dos recursos naturais de Angola. Ao fazer isto, o comandante se refere à terra angolana, demonstrando um sentimento de territorialidade.

Os trechos transcritos acima evidenciam muito bem que neste contexto de luta pela independência angolana o nacionalismo já estava em construção, e que a consciência nacional já vinha sendo construída, mesmo que ainda fragilizada pelos tribalismos. No entanto, como defendido por (MARZANO; BITTENCOURT, 2017, p.35) “o aparecimento de uma perspectiva nacional [...] tem relação estreita com a presença, em seu seio, de pessoas que foram alfabetizadas politicamente no ambiente moderno, urbano e colonial”. Deste modo, grande parte da população não possuía este sentimento de nacionalidade.

[...] E Sem Medo mantinha o interrogatório em português, língua que todos falavam, bem ou mal. [...] (PEPETELA, 2019, p. 32).

[...] - Bom. Temos que lhe arranjar um nome. Que propõem camaradas?  
Os guerrilheiros estudavam o rapaz. Este baixou os olhos.  
- Onhoká, a cobra – propôs Ekuikui.  
- Deixa lá teu umbundo – cortou Sem Medo. – Ou lhe dás um nome na língua dele, ou em português, que é de todos. Mas não na tua... Aí começa o imperialismo umbundo! Aliás, não me dá ideia nenhuma duma cobra. [...]  
(PEPETELA, 2019, p. 69)

Os recortes acima nos levam a refletir sobre a questão linguística gerada pela arbitrariedade das fronteiras, que confinaram várias línguas em território nacional. Mas também esta questão linguística está relacionada à preocupação de que algum grupo étnico em particular assumira o poder.

O primeiro fragmento – retirado do diálogo entre os combatentes e trabalhadores discutido anteriormente – nos revela que a Língua Portuguesa é a língua mais comum entre os personagens, até porque a adoção da língua do colonizador era uma forma de evitar os imperialismos linguísticos.

Já o segundo fragmento se refere a outro momento da narrativa. Está se referindo a uma discussão entre os guerrilheiros para escolher um nome de guerra a um novo combatente que chegara recentemente na base. Durante a discussão um dos personagens – Ekuikui – propõem um nome em sua própria língua, o que rapidamente repreendido pelo comandante Sem Medo, afirmando que o nome deveria ser na língua do novo integrante, ou em português, “que é de todos”.

Esta postura do Comandante em relação à questão linguística demonstra que a língua do colonizador pode ter se tornado um meio de transpor os obstáculos impostos pela diversidade linguística. Pois para eles usar uma das línguas vernáculas poderia parecer que estariam permitindo uma tribo dominar específica a nação e impor sua identidade.

Para evidenciar ainda mais as consequências da presença de mais de uma língua em um mesmo território nacional recorro a Appiah (1997), que mesmo não se referindo ao caso angolano nos possibilita compreender muito bem esta questão.

[...] quando a decisão do escritor queniano Ngugi wa Thiong’o de escrever em sua língua materna, o gikuyu, levou muita gente em seu próprio país a vê-lo [...] como uma espécie de imperialista gikuyu (o que não é nada trivial no contexto de relações interétnicas no Quênia); [...] Em certo sentido, temos usado as línguas europeias porque, na tarefa de construção nacional [*nation-building*], não podíamos nos dar ao luxo, politicamente, de usar as línguas uns dos outros. (APPIAH, 1997, p. 20-21).

Retornando à obra de Pepetela (2019) – subsidiados por Appiah (1997) – percebemos que na forma como foi apresentado na narrativa, a adoção de uma língua estrangeira se tornou um ponto positivo no processo de construção da consciência nacional. Cabe ressaltar que quando me refiro à adoção do português como língua oficial como sendo um ponto “positivo”, não estou compactuando com as discussões acerca da superioridade da língua europeia ou inferioridade das línguas tradicionais africanas, mas apenas afirmando que a língua portuguesa se

tornou uma forma de contornar e evitar os conflitos tribalistas que poderiam surgir caso uma das línguas tradicionais se tornasse a língua de Estado.

Em diversos momentos Pepetela (2019) evidencia o preconceito e desconfiança de alguns membros do grupo em relação aos habitantes de Cabinda, e de forma mais específica em relação a um dos guerrilheiros – Lutamos – que era cabinda. O motivo da desconfiança é o fato dos habitantes de Cabinda não terem aderido à luta contra o colonizador, o que levava os guerrilheiros a acreditar que os habitantes de Cabinda eram traidores.

[...] - Deixa lá, pá! Esses trabalhadores são cabindas , é por isso que te chateias. Mas são mesmo traidores, nem que fossem lundas ou quimbundos... [...]  
(PEPETELA, 2019, p.22)

[...] Lutamos distanciava-se do grupo, que tinha estacado ao ouvir o ruído. O comissário correu atrás dele, evitando fazer demasiado barulho.  
- Está a fazer de proposito – disse Milagre.  
- Vai avisar os homens – disse Pangu-A-Kitina.  
- Vai sabotar a missão – disse Verdade. [...]  
(PEPETELA, 2019, p. 24)

[...] – Comandante, penso que é melhor vigiar o Lutamos.  
- Por quê?  
- Ele ia mais é avisar os trabalhadores, afugenta-los... [...]  
- Há momentos que ele tem um comportamento estranho. Os olhos dele não são bons. [...]  
(PEPETELA, 2019, p. 25)

[...] E agora o Lutamos fala aos trabalhadores. Talvez explique que os quis avisar antes, mas que foi descoberto. [...]  
(PEPETELA, 2019, p. 34)

Os quatro fragmentos destacados demonstram esta desconfiança dos demais membros do grupo em relação aos cabindas, principalmente em relação a Lutamos, que frequentemente é tomado como traidor simplesmente por sua origem étnica. É como se a culpa de um povo – se é que realmente tem alguma culpa – passasse para um indivíduo simplesmente por pertencer a este povo.

As diferenças culturais agravadas pelo Tribalismo estavam presentes no cotidiano dos guerrilheiros, até mesmo durante as operações. Durante uma operação um dos guerrilheiros – Muatiânvua – ficou para trás, entretanto as rivalidades étnicas fez com que poucos se voluntariassem a ir a sua procura.

[...] – Ninguém se queria oferecer, porque Muatiânvua é um destribalizado. Fosse ele kikongo ou kimundo e logo quatro ou cinco se ofereceriam... Quem foi? Lutamos que é cabinda, e Ekuikui, que é umbundo. Uns destribalizados como ele, pois aqui não há outros cabindas e umbundos. [...]  
(PEPETELA, 2019, p. 53)

Como podemos perceber, dentro do grupo havia uma solidariedade muito grande entre guerrilheiros do mesmo grupo étnico, mas no caso de Muatiânvua que era um destribalizado apenas outros destribalizados se ofereceram para ajuda-lo. Deste modo, podemos notar que o Tribalismo se fazia presente mesmo nos momentos mais “simples” do cotidiano dos guerrilheiros.

No período em que a narrativa está centrada na base o movimento acontecem muitas discussões de fundo étnico, sendo que algumas delas tomam proporções sérias, nestas discussões na maioria das vezes os indivíduos envolvidos pertenciam aos grupos étnicos Kimbundo e Kikongo, demonstrando uma fronteira étnica muito forte entre este dos grupos.

[...] – Nós varremos muitos de vocês no passado. Os Dombos e Nambuangongos pagavam impostos ao Rei do Congo. Vocês eram nossos escravos, como é falam agora? [...] (PEPETELA, 2019, p. 100)

[...] – Os kimbundos atribuem os erros todos ao André, mas também a ti. São os dois kikongos mais em vista. Querem pois um conflito, de modo que eu tenha de me apoiar neles contra ti. Os kikongos, por seu lado, defendem o André e querem que tu te coloques como o líder militar kikongo que expulse os kimbundos do comando. [...] (PEPETELA, 2019, p. 118)

Os dois trechos retratam supracitados a gravidade dos conflitos travados entre kimbundos e kikongos, sendo que o primeiro fragmento consiste numa fala de Pangu-A-Kitina – Kikongo – aos kimbundos. O segundo, por sua vez, é uma conversa entre o Comandante e o Comissário acerca do Tribalismo presente no grupo.

Ao responder às provocações dos kimbundos, Pangu-A-Kitina nos revela um pouco sobre o passado e das relações pré-coloniais existentes entre os dois povos. E mais uma vez, a força da fronteira étnica é colocada em questão, até porque, como demonstrado na fala a fronteira étnica é uma construção histórica, o que dificulta ainda mais a superação da mesma, requerendo demasiado tempo para que isso ocorra.

A rivalidade entre kikongos e kimbundos também é evidenciada na conversa entre o Comandante e o Comissário, nos transparecendo durante a conversa um interesse dos kimbundos em gerar um conflito entre os líderes do grupo de guerrilheiros – O Comandante e o Comissário. Já os kikongos são mais ousados, almejam que o comandante – Sem Medo – se torne um líder militar para expulsar os kimbundos.

Em outra situação onde o tribalismo se fez presente, e que teve um lugar de destaque na narrativa foi um relacionamento interétnico – na verdade, uma traição – que envolveu o Comissário, Ondina, e André. Ondina era noiva do Comissário que era kimbundo, já André era kikongo. O fato é que Ondina traiu o Comissário com André, e o fato deste último pertencer a um grupo étnico diferente – e rival – do Comissário agravou ainda mais a situação.

André era kigongo e Ondina era noiva dum kimbundo. Não era preciso ser feiticeiro para adivinhar o clima que reinará em Dolisie, pensou Sem Medo. André enterrou-se definitivamente. Enquanto tinha amantes congolezas, as pessoas murmuravam mas não ousavam agir. Agora era diferente. O dramático é que o inevitável sucedesse para André à custa do Comissário, isso era injusto. [...] (PEPETELA, 2019, p. 135)

[...] – Eu sou kikongo e ele é kimbundo. Neste momento este problema conta, está na base das reações de qualquer pessoa, pois o André é kikongo. Não foi ele que cometeu o erro, foram os kikongos! [...] (PEPETELA, 2019, p. 155)

Como podemos perceber a origem étnica dos envolvidos se tornou um agravante da situação criada pela traição de Ondina, pois enquanto as amantes de André eram congolezas a população não intervia, mas a partir do momento que se envolveu com Ondina, que era noiva de um kimbundo a situação se agravou de tal forma que o mesmo teve que se esconder para fugir da ira dos kimbundos.

O segundo trecho remonta mais uma vez ao fato do indivíduo não se distinguir do restante do grupo étnico, de modo que a atitude de um indivíduo não afeta a si só, mas todo o grupo.

Como afirmado no tópico anterior o Tribalismo se apresentou como um obstáculo, um empecilho no processo de construção da consciência nacional. Contudo, não é um “muro intransponível” que impossibilita a consolidação da tão almejada Nação angolana, o Tribalismo se apresenta como um elemento que dificulta o percurso rumo a Nação.

Portanto, é importante mostrar momentos na obra de Pepetela (2019) que evidencia por um breve momento o Tribalismo é deixado de lado, evidenciando que mesmo não sendo uma tarefa fácil o tribalismo pode ser superado.

[...] É mentira dizer que são os kikongos ou os kimbundos ou os umbundos ou os mulatos que são traidores. Eu vi-os de todas as línguas e cores. [...] (PEPETELA, 2019, p. 185)

[...] Viste como todos se ofereceram? Esqueceram as tribos respetivas, esqueceram o incómodo e o perigo da ação, todos foram voluntários [...] É por isso que eu faço confiança nos angolanos. São uns confucionistas, mas todos esquecem as makas e os rancores para salvar um companheiro em perigo. É esse o mérito do movimento, ter conseguido o milagre de começar

a transformar os homens. Mais uma geração e o angolano será um homem novo. O que é preciso é ação. [...] (PEPETELA, 2019, p. 203)

Os dois fragmentos evidenciam momentos onde a narrativa demonstra que a superação do Tribalismo é um processo gradual, mas não impossível. O primeiro – trecho de uma fala do Chefe do depósito do movimento – mostra que a origem étnica não determina se um indivíduo é traidor ou não, pois como colocado, há traidores de todas as línguas e cores.

O segundo – fala do Comandante – se refere ao incidente com a surucucu, onde muitos combatentes deixaram o tribalismo de lado e se voluntariaram para ajudar os companheiros, sob a suspeita de que estes estavam sendo atacados pelo inimigo. Este fragmento também nos revela a esperança de Sem Medo na superação do tribalismo, depositando confiança nos “angolanos”, que a cada dia se transformavam cada vez mais em “verdadeiros angolanos”.

Com isso, Pepetela (2019) nos mostra muito bem os efeitos do Tribalismo dentro da luta de libertação angolana, se sobrepondo muitas vezes ao ideário nacionalista e dificultando a construção da consciência nacional e consequentemente a consolidação da nação angolana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pra finalizar, é importante salientar mais uma vez a importância desta pesquisa para compreendermos o atual cenário geopolítico do continente africano, resultado da experiência imperialista que transformou o continente em diversos aspectos.

A presente pesquisa foi norteada pela hipótese de que a imposição das fronteiras nacionais africanas – criadas de forma arbitrária durante o período colonial – trouxe consequências para a formação nacional em Angola e no Continente africano de modo geral.

A princípio o objetivo era focar nas questões territoriais causadas pelas novas fronteiras, contudo a pesquisa me levou a mudar de perspectiva, e tomar as fronteiras étnicas e culturais como ponto fundamental da pesquisa. Até porque as fronteiras culturais trouxeram se relacionam muito mais com o sentimento de pertencimento étnico e nacional que as fronteiras territoriais.

Como podemos perceber, as fronteiras nacionais africanas reuniram diversos povos em um mesmo território, que por sua vez precisam construir a nação e consolidar a consciência nacional angolana. Contudo, de modo geral para se construir a consciência nacional e a nação propriamente dita é preciso que os indivíduos tenham consciência dos elementos que os une, e ao mesmo tempo identificar as diferenças entre os membros desta “nação” em formação e os indivíduos exteriores a ela. Deste modo, é necessário que se crie uma fronteira, que não é necessariamente territorial – mas que pode assumir implicações territoriais.

O problema é que nos grupos étnicos acontecem processos de inclusão e exclusão semelhantes ao que acontece na construção da identidade e consciência nacional. Com isso, os grupos étnicos também possuem fronteiras entre si, e é justamente isso que garante sua permanência.

A partir disto o problema torna-se aparente, pois a jovem nação angolana – e africanas de modo geral – foram marcadas por fronteiras internas, onde os indivíduos que precisavam dispor de elementos em comuns, tinham muitas vezes elementos que os distinguiam uns dos outros, oriundos das fronteiras étnicas erigidas historicamente. Portanto, esta incongruência dificultou a formação da consciência nacional.

Como consequência das fronteiras modernas africanas foi destacado o Tribalismo, que de forma simplificada consiste na suplantação da identidade nacional pelos modos de identificação étnicas. E como evidenciado no terceiro capítulo desta pesquisa o tribalismo se faz presente até mesmo em relações cotidianas dos povos que habitavam o território angolano.

Por fim, podemos perceber que a hipótese inicial é verídica, sendo confirmada pela pesquisa. As fronteiras modernas africanas realmente trouxeram consigo consequências para a formação da consciência nacional angolana, sendo o Tribalismo uma destas consequências. A partir disto podemos compreender a atual configuração geopolítica africana e os conflitos que muitas vezes são gerados no interior das “jovens nações” sem nos deixar levar pelas ideias eurocêntricas e depreciativas que muitas vezes tomam África como um continente de “selvagens e incivilizados”.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AMSELLE, Jean-Loup. *Etnias e espaços: por uma antropologia topológica*. In: AMSELLE, Jean-Loup; M' BOKOLO, Elikia (orgs.). *No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2017. p. 29-73.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. p. 187-227.

BOAHEN, Albert Adu. *A África diante do desafio colonial*. In: BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial*. Brasília: UNESCO, 2010.  
BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. São Paulo: Malheiros, 2001.

CATAIA, Márcio Antônio. *Fronteiras: territórios em conflitos*. Geografia em questão, Marechal Candido Rondon-PR (UNIOESTE), v.3, n.1, 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4296/3309>. Acesso em: 26 de março de 2020.

DOZON, Jean-Pierre. *Os betes: uma criação colonial*. In: AMSELLE, Jean-Loup; M' BOKOLO, Elikia (orgs.). *No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2017. p. 29-73.

FERRARI, Maristela. *As noções de fronteira em geografia*. Revista Perspectiva Geográfica, Marechal Candido Rondon-PR (UNIOESTE), v.9, n.10, 2014. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161/7550>. Acesso em: 26 de março de 2020.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Nação, nacionalismo, Estado*. Estudos Avançados, São Paulo, v.22, n.62, 2008.  
Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a10v2262.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

MARZANO, Andrea. BETTENCOURT, Marcelo. *Contestação e nacionalismo em Angola*. In: LIMONCIC, Flávio. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). A

*experiência nacional: identidades e conceitos de nação na África, Ásia, Europa e nas Américas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 11-50.

MEREDITH, Martin. *O destino da África: cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Global, 2019.

PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: LeYa Brasil, 2019.

PETIT, Carlos. *Colônia*. Cadernos do programa de pós-graduação em Direito PPGDir./UFRGS, Porto Alegre, v.X, n.2, 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/59700/35393>. Acesso em: 31 de março de 2021

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

SANTOS, Carlos. *Território e territorialidade*. Revista Zona de impacto. Rondônia, 2009. Disponível em: [http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE\\_volume13.html](http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volume13.html). Acesso em 19 de outubro de 2020.

SEABRA, Miguel Pascoal Saldanha. *O conceito de Fronteira: uma abordagem multifacetada*. Lisboa, 2012.  
Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/10023>. Acesso em: 26 de março de 2020.

UZOIGWE, Godfrey N. *Partilha europeia da África: apanhado geral*. In: BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial*. Brasília: UNESCO, 2010.